

Na COP-30, nós, Povos Indígenas e Comunidades Locais, apresentamos o nosso próprio compromisso. Estamos preparados e comprometidos a investir 500 milhões de dólares nos próximos cinco anos em ações verdadeiramente territoriais, guiadas por nossos próprios sistemas de governança e alinhadas aos princípios do financiamento direto. Este é o Pledge dos Povos — um compromisso que dá corpo aos compromissos globais e transforma promessas em ação concreta nos territórios. Somos nós que podemos garantir que os recursos anunciados nesta conferência cheguem de fato às nossas comunidades e se transformem em resultados tangíveis para a vida, os direitos e os ecossistemas que protegemos. Essa é a nossa forca.

Chegamos à COP-30 conscientes de que este é um momento histórico para os Povos Indígenas e Comunidades Locais de todo o mundo. Nenhuma outra Convenção do Clima buscou reconhecer de forma tão ampla o papel essencial que desempenhamos no enfrentamento das múltiplas crises que vivemos. A ciência ocidental há muito confirma o que sabemos há gerações: os ecossistemas, paisagens naturais e florestas mais vibrantes — e grande parte da biodiversidade do planeta — estão em nossos territórios. Apesar das ameaças e violações constantes, continuamos protegendo vastas áreas tradicionais que abrigam muitos dos ecossistemas ainda intactos do mundo e desempenham um papel fundamental na regulação do clima e na preservação da vida. Entre 2000 e 2016, por exemplo, a taxa de perda de florestas intactas em nossos territórios foi menos da metade da registrada em outras áreas. Isso ocorre porque somos inseparáveis de nossos territórios e, mais do que ninguém, compreendemos seu valor — inclusive para enfrentar crises que não fomos nós que criamos.

Apesar desse reconhecimento crescente, persiste um profundo desequilíbrio. Enquanto muitos investimentos são feitos em nome das políticas ambientais globais, poderosos interesses econômicos continuam destruindo nossos modos de vida e transformando nossas terras em fontes de lucro. Como resultado, os recursos destinados a fortalecer nossas ações permanecem escassos. Mais raros ainda são os fundos que chegam diretamente às nossas organizações e mecanismos territoriais — aqueles

verdadeiramente próximos das comunidades e que sabem o que precisa ser feito.

É por isso que a COP-30 é decisiva. Já se passaram quatro anos desde a COP de Glasgow, quando, após nossas insistentes demandas, um grupo de doadores reunidos no âmbito do Forest Tenure Funders Group (FTFG) se comprometeu destinar 1,7 bilhão de dólares para nossos territórios. Agora, nesta COP, um compromisso será feito. Saudamos essa iniciativa e reconhecemos o esforço dos doadores que ultrapassaram o valor inicial antes do fim do período do compromisso. Nesta mesma primeiro conferência, será lançado o Compromisso Intergovernamental Direitos à Terra e Território, por meio da Forest and Climate Leaders' Partnership (FCLP), juntamente com o Tropical Forest Forever Facility (TFFF), que destina pelo menos 20% de seus recursos diretamente aos Povos Indígenas e Comunidades Locais. Essas conquistas não refletem apenas o compromisso dos doadores, mas também o resultado direto do nosso engajamento político e vigilância constante, garantindo que o que é debatido na arena global ressoe com as vozes das nossas comunidades e assegure de fato nossos direitos e territórios.

Em todos esses compromissos — e também em novas iniciativas como o Tropical Forest Forever Facility, a ser lançado na COP-30 — todos os recursos investidos devem se basear nos conhecimentos, governança e valores indígenas, a fim de gerar resultados reais e duradouros. Como destaca o IPBES Transformative Change Assessment, nenhuma política climática ou de biodiversidade pode ter sucesso sem respeitar e incorporar sistemas de conhecimento e visões de mundo diversas.

Reconhecemos esses compromissos como sinais de que, com vontade política, podemos avançar juntos. No entanto, sabemos que ainda há muito a ser feito. Os compromissos assumidos na COP-30 precisam ganhar força, coerência e substância. Para isso, devem se enraizar não apenas em boas intenções, mas também nas práticas, processos e responsabilidades que construímos dentro de nossas comunidades. Compromissos reais vão além de promessas financeiras — dependem da capacidade de transformar recursos em força para nossos povos e em resultados concretos em

nossos territórios. Isso significa colocar os recursos a serviço da vida, da autodeterminação e da defesa dos nossos direitos.

Para garantir que esses compromissos gerem impacto duradouro — e conforme alerta o Comitê de **Katowice sobre Impactos (KCI, 2024)** — medidas de resposta mal implementadas podem agravar os desafios enfrentados pelos Povos Indígenas e Comunidades Locais; portanto, todos os investimentos devem passar por um **Teste Universal de Salvaguardas e Direitos**, que garanta segurança da posse da terra, Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), governança inclusiva, benefícios equitativos e proteção socioambiental eficaz.

Para que os compromissos lançados nesta COP tenham sentido, devemos fazer parte deles — não como beneficiários, mas como parceiros que garantirão que os recursos cheguem de fato aos territórios e comunidades. Nossos mecanismos territoriais já demonstraram que podem fazer isso. Desenvolveram políticas, métricas e indicadores inovadores baseados em nossa própria concepção de financiamento direto. O que falta é que os recursos cheguem até eles: mesmo iniciativas como o atual Pledge do FTFG alcançaram apenas 6% de financiamento direto em 2024.

O financiamento direto parte do reconhecimento de que nós, Povos Indígenas e Comunidades Locais, somos atores centrais na resposta global às crises climática e de biodiversidade. Não somos beneficiários nem prestadores de serviço, mas sujeitos políticos que decidem o rumo de seus próprios territórios. Esse tipo de financiamento só faz sentido quando está enraizado nos territórios, respeitando nossos direitos e modos de vida. Baseia-se na compreensão de que ninguém conhece nossos territórios melhor do que nós mesmos e, portanto, deve alinhar-se às nossas estratégias, utilizar nossas próprias instituições e adaptar-se à diversidade de contextos em que vivemos.

O financiamento direto deve ser **flexível**, para responder às realidades locais e às mudanças que enfrentamos, e **previsível**, oferecendo apoio de longo prazo às decisões tomadas por nossas comunidades. Também se baseia em nossa capacidade de aprender uns com os outros,

fortalecendo continuamente o ecossistema de fundos e organizações territoriais que criamos, e deve ser **transparente**, com recursos rastreáveis e métricas de impacto culturalmente adaptadas, que façam sentido para nós e para as comunidades às quais prestamos contas. Reafirmamos que os Povos Indígenas não podem implementar soluções climáticas enquanto estiverem sob ameaça. Conclamamos a adoção de medidas urgentes para proteger defensores da terra e garantir que os investimentos incluam protocolos de segurança, apoio jurídico e resposta a emergências.

Ao fortalecer nossos fundos e organizações territoriais, também fortalecemos a rede global de povos e comunidades que protegem as florestas e a vida. Por meio desse investimento, somos nós que podemos dar substância real compromissos firmados em Belém e avançar em nossos direitos territoriais, no consentimento livre, prévio e informado, na proteção da vida diante das ameaças crescentes e na valorização de nossos conhecimentos tradicionais. Da mesma forma, reconhecemos a importância de investir na **juventude** — as sementes do futuro — e nas mulheres — as grandes guardiãs de nossos saberes —, assim como de garantir uma distribuição justa dos recursos entre regiões e ecossistemas, porque entendemos que cada parte do todo sustenta e fortalece as demais.

O **Pledge dos Povos** é ao mesmo tempo o nosso compromisso e o nosso convite a vocês — um compromisso de continuar fazendo a nossa parte e um convite para que todos façam a sua. Porque sabemos que **a resposta somos nós** — **todos nós**.



